

Condições foram favoráveis em comparação com México e Argentina

por Paulo Sotero
de Washington

Em meados da semana passada, quando os bancos fizeram uma "oferta final" de US\$ 5,5 bilhões para o montante do novo empréstimo do pacote de renegociação da dívida, mais US\$ 600 milhões pela restauração das linhas de crédito comercial, os representantes do governo brasileiro deixaram claro que a proposta era muito baixa e que os credores deveriam apresentar "um número" politicamente aceitável no Brasil.

Esse número — US\$ 5,8 bilhões, sujeito ainda a redução — foi acertado numa reunião realizada no último sábado. Embora ele seja bem inferior aos US\$ 7,1 bilhões inicialmente pleiteados pelo governo brasileiro, executivos de alguns bancos envolvidos na negociação o consideram "uma vitória" para o Brasil. "Os US\$ 5,8 bilhões são menos do que o Brasil pediu mas são mais do que precisa para financiar suas necessidades nos próximos doze meses", disse um executivo do comitê.

"O número negociado não é o número científico. O número certo é mais perto de US\$ 5 bilhões. Se você somar os US\$ 5,8 bilhões aos US\$ 600 milhões que o País obterá através da restauração de linhas de crédito comercial — e haverá no acordo incentivos muito

específicos para os bancos reabastecerem essas linhas —, o resultado é muito bom para o Brasil, pois dá um pacote próximo de US\$ 7 bilhões" acrescentou. "Além disso, o empréstimo ajudará o País a proteger sua posição de reservas, especialmente se os saldos comerciais continuarem elevados."

Uma alta fonte do comitê deu ênfase especial à reposição de pelo menos US\$ 600 milhões das linhas de crédito comercial que foi acertada, salientando que elas "representam o retorno de uma quantia substancial de divisas em condições de prazo e 'spread' que a tornam utilizáveis" e ajudará, por isso, a proteger as reservas do País.

Segundo o banqueiro, a restauração das linhas poderá começar já nas próximas semanas, dependendo dos progressos na finalização do restante do pacote, a continuação dos pagamentos de juros pelo Brasil e, sobretudo, da percepção que os bancos tiverem sobre o ritmo das negociações entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma delegação de técnicos brasileiros, chefiada pelo secretário-geral adjunto do Ministério da Fazenda, Michal Gartenkaut, iniciou ontem, em Washington, os contatos preparatórios para a visita da missão negociadora do FMI, no final deste mês.

"O objetivo da atual negociação é a normalização das relações do Brasil com seus credores", afirmou o banqueiro, lembrando que com a decretação da moratória não apenas o volume das linhas foi reduzido como os créditos disponíveis passaram a ter prazos tão curtos e 'spreads' tão altos que se tornaram inutilizáveis.

Em comparação com as condições obtidas pelos dois outros grandes devedores da América Latina, o México e a Argentina, em suas últimas renegociações, o preço que o Brasil obteve pelo pacote financeiro e os parâmetros já contemplados pelas duas partes para prazos de maturação e carência não parecem ser desfavoráveis, sobretudo quando se tem em conta que o México e a Argentina já tinham acordos fechados ou em adiantada fase de negociação com o FMI quando se sentaram à mesa com os credores.

Sobre esse aspecto particular, um membro do comitê disse a esse jornal que os banqueiros, interessados em acelerar ao máximo o final da moratória brasileira, acabaram "colocando o carro na frente dos bois". "Nós demos um voto de confiança num programa econômico ainda inexistente", afirmou ele.

A taxa de 0,8125% de 'spread' é igual à que foi concedida ao México em

1986 e menor do que o 0,875% cobrado à Argentina no ano passado. A "comissão de incentivo" de até 0,375%, a ser paga a vista, sobre os US\$ 5,8 bilhões, com a entrada em vigor do novo 'pacote' é igual à oferecida pela Argentina e, em termos efetivos, infinitamente menor do que os até 0,25% que o governo brasileiro pagou à maioria dos 114 bancos participantes do empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões, com 180 dias de prazo para pagamento, assinado em dezembro último. A diferença, segundo fontes oficiais brasileiras, é que o novo empréstimo de US\$ 5,8 bilhões terá prazo de pagamento de pelo menos doze anos, com um mínimo de cinco de carência, e é contra esse período de maturação que a comissão deve ser calculada. Esse cálculo não apaga, contudo, o fato, de que o País, no final do processo, terá pago aos bancos duas comissões de incentivo sobre a parcela de empréstimo destinada ao financiamento de 1987 — uma vez no empréstimo-ponte e outra, agora, para refinanciá-lo a prazos mais longos.

As condições do reescalonamento dos vencimentos de 1986 a 1993, que serão incluídos na negociação, serão semelhantes às do México e da Argentina, disseram as mesmas fontes, com maturação de dez anos e vinte anos e carência de sete a oito anos.